

Excedente de mão de obra e marginalidade social no Brasil no período 1960-1970

Pedro Henrique Evangelista Duarte¹

Gabriela Fernandes²

Resumo: A categoria *Superpopulação Relativa*, elaborada por Karl Marx, se refere ao conjunto da força de trabalho que é gradualmente alijada do sistema produtivo, à medida em que avança o modo de produção capitalista, em decorrência do incremento da composição orgânica do capital. A partir da década de 1960, essa categoria foi retomada por autores latino-americanos, com o intuito de compreender suas possíveis particularidades nos países periféricos e dependentes, dando origem ao que se convencionou chamar de *Teoria da Marginalidade Social*. Considerando estas perspectivas teóricas, o objetivo do presente artigo é realizar uma análise da marginalidade social no Brasil nos anos 1960 e 1970, buscando entender suas formas de manifestação, a partir das transformações operadas não apenas no conjunto da estrutura produtiva, mas também nas relações capital-trabalho verificadas no período.

Palavras-chave: Superpopulação relativa; marginalidade social; massa marginal; polo marginal; América Latina.

Abstract: The category *Relative Surplus Population*, proposed by Karl Marx, refers to the group of the labor for who is gradually removed from the productive system as the capitalist mode of production advances, due to the increase in the organic composition of capital. Since the 1960s, this category has been taken up by Latin American researchers, in order to understand their possible peculiarities in peripheral and dependent countries, giving rise to what is conventionally so-called the *Social Marginality Theory*. Considering these theoretical perspectives, the aim of the paper is to analyse the social marginality in Brazil in the 1960s and 1970s, seeking to understand its forms of manifestation from the transformations occurred not only in the productive structure, but also in the capital-labor relations that happened in that period.

Keywords: Relative surplus population; social marginality; marginal mass; marginal pole; Latin America.

Códigos JEL: B14, B51, J21, J81, O40.

Submissão às sessões ordinárias.

Introdução: a categoria superpopulação relativa

A lei geral da acumulação capitalista foi elaborada por Karl Marx (2008) com o intuito de descrever a estrutura do modo de produção capitalista seus reflexos sobre a forma de organização da sociedade. Para tanto, parte da análise da mercadoria, uma vez que “[a] riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista, configura-se em uma ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2008, p. 57). É a partir, portanto, das observações acerca da mercadoria, que Marx estrutura sua linha de análise, que se desdobrará, fundamentalmente, na análise da categoria *valor*.

De acordo com o autor, toda mercadoria é dotada de dois tipos de valores: 1) o valor de uso,

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás. Contato: pheduarte@ufg.br

² Discente do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás. Contato: fernandesg@discente.ufg.br

que expressa a funcionalidade da mercadoria na sociedade; e 2) o valor de troca, ou simplesmente valor, que confere expressão à capacidade de intercâmbio de diferentes mercadorias. A definição dos valores de uso de cada mercadoria estaria em sua própria essência, dado ser cada uma delas produzida para desempenhar uma determinada função na sociedade. Já o valor de troca seria definido a partir do tempo de trabalho necessário e/ou despendido em sua produção. De uma forma esquemática simples, pode-se dizer que, dadas as condições técnicas de produção, duas mercadorias que levam o mesmo tempo para serem produzidas seriam equivalentes no que diz respeito a seu valor e, portanto, poderiam ser intercambiadas³. Em síntese, dadas as condições técnicas de produção, uma unidade de uma mercadoria que leva duas horas para ser produzida poderia ser trocada por duas unidades de uma mercadoria que leva uma hora para ser produzida. Assim que, considerando que o tempo de trabalho define o valor de troca entre mercadorias equivalentes, Marx conclui que o único responsável pela criação de valor em um sistema produtivo seria a força de trabalho.

De forma sintética, a tese de Marx (2008) pode ser apresentada da forma que segue. A mercadoria é o resultado de um processo produtivo que, para ser acionado, requer a aplicação de determinada quantidade de dinheiro – o *capital* – para a aquisição dos meios de produção e da força de trabalho necessários à organização de dito processo – o chamado *ciclo do capital*. No processo produtivo, o capital pode ser dividido em duas frações: o *capital constante* – destinado à aquisição dos meios de produção - e o *capital variável* – destinado à aquisição/contratação da força de trabalho. Argumenta ainda que, para cada processo produtivo, haveria a combinação de uma determinada quantidade de meio de produção e de força de trabalho, da qual resultariam a *composição técnica do capital* - relação entre a quantidade dos meios de produção e a quantidade de força de trabalho necessários para a produção de uma determinada quantidade de mercadoria – e a *composição orgânica do capital* – a relação entre seus respectivos valores, ou seja, a relação entre capital constante e capital variável. Basicamente, o que acontece ao longo do processo produtivo é a combinação de diversos meios de produção – máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias-primas etc., - e da força de trabalho para a produção de uma nova mercadoria. O objetivo é que, ao final do processo, a mercadoria produzida seja dotada de um valor superior ao valor dos meios de produção e da força de trabalho utilizadas em seu processo de produção; Marx chama esse circuito de *reprodução ampliada do capital*. Por sua vez, os valores que são produzidos ao longo do processo produtivo, e que permitem o incremento do valor inicial, são chamados de *mais valor*.

O ponto fulcral da discussão se estabelece a partir da argumentação de Marx que de apenas a

³ Este seria o esquema mais simples de representação do valor de uma mercadoria, a partir da troca de equivalentes. Em sua obra, Marx apresenta as diversas fases pelas quais transita a mercadoria na formatação de seu valor, partindo da “forma simples, singular ou fortuita do valor”, até chegar à “forma geral do valor”, quando ocorre a transição do valor da mercadoria para a forma dinheiro. Para o debate detalhado sobre as distintas formas de valor, ver Marx (2008), capítulo I.

força de trabalho é capaz de produzir novo valor. Nesse sentido, ao longo da jornada de trabalho, seriam produzidos valores, dos quais parte seria utilizado na remuneração da força de trabalho, e parte seria apropriado pelo capitalista, na forma de lucros. O tempo referente à jornada de trabalho no qual os trabalhadores produzem valores equivalentes aos seus salários foi chamado de *tempo de trabalho necessário*, ao passo que o restante da jornada – onde são produzidos, pelos trabalhadores, valores que são apropriados pelo capitalista – é chamado de *tempo de trabalho excedente*. É dessa análise que emerge a percepção de que, em todo e qualquer processo produtivo, a força de trabalho é submetida a um permanente processo de exploração, para a produção de valores a serem apropriados pelo capitalista. Assim que, tão maior a exploração da força de trabalho, tão maior a produção de valor, tão maiores o lucro do capitalista e a acumulação/concentração de capital.

No entanto, o aumento da escala de produção e da geração de valores não depende exclusivamente do aumento da exploração do trabalho, mas também do aumento da produtividade do sistema produtivo. O que acontece, ao longo do tempo, é o desenvolvimento de novas técnicas e formas de organização da produção que permitem o aumento da escala de produção, com alteração da relação entre a quantidade de meios de produção e força de trabalho para cada sistema produtivo. Nesse sentido, o aumento da produtividade do trabalho significa que um número relativamente menor de trabalhadores é requerido para acionar uma quantidade crescente de meios de produção, provocando um incremento da composição orgânica do capital, ou seja, o aumento do capital constante em relação ao capital variável. Disso decorre a tendência à redução relativa da quantidade de trabalhadores que são incorporados em cada etapa do processo produtivo, à medida que novas técnicas são desenvolvidas. O resultado é a formação de um excedente de força de trabalho, a *superpopulação relativa*.

Marx aponta três formas que a superpopulação relativa assume continuamente: 1) a forma flutuante, que se refere aos trabalhadores que são expelidos e extraídos do processo produtivo industrial à medida em que incrementa sua produtividade, de modo que aumenta o número de trabalhadores empregados, embora sempre em proporção decrescente ao aumento da escala de produção; 2) a forma latente, referente aos trabalhadores agrícolas que são repelidos da produção, à medida que o capitalismo dela se apodera e introduz máquinas e equipamentos, e que por isso estão na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano; 3) a forma estagnada, que constituiu um conjunto de trabalhadores que estão ativos, mas em ocupações totalmente irregulares, e por isso sua condição de vida situa-se abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora; é considerado um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. O autor destaca ainda a esfera do pauperismo, que é composta por três categorias. A primeira são os indivíduos aptos ao trabalho, e a segunda os órfãos e filhos de indigentes. Essas duas categorias incluem trabalhadores que são absorvidos no sistema produtivo em momentos de expansão da atividade econômica. Já a

terceira é composta degradados e incapazes de trabalhar, seja porque ultrapassaram a idade normal de um trabalhador, seja porque foram vítimas da indústria (mutilados, enfermos, viúvas etc.). Em suma:

[a] superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda, nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de paralisação (MARX, 2008, p. 744).

Disso deriva exatamente a argumentação geral que norteará o presente artigo: o fato de que a população que está desempregada ou parcialmente empregada se configura como superpopulação relativa.

Nos anos 1960, a categoria elaborada por Karl Marx foi retomada por autores latino-americanos para a compreensão de suas possíveis formas de manifestação na região. A argumentação central desses autores é que, em regiões de capitalismo periférico e dependente, a superpopulação relativa seria dotada de determinadas particularidades. No presente artigo, iremos retomar duas dessas contribuições – as elaboradas por José Nun e Aníbal Quijano – e, posteriormente, verificar os dados referentes ao Brasil, para tentar indicar aspectos que permitem caracterizar a presença da superpopulação relativa – e da marginalidade social, tal como apresentada pelos autores – no país.

Para tanto, iremos analisar os dados dos anos 1960 e 1970. A justificativa para a escolha desses anos se respalda no fato de que, ao longo dos anos 1940 e 1950, o país passou por um amplo processo de industrialização e urbanização, de modo que avançou para a consolidação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista. Ademais, nesse mesmo período, ocorreram uma série de reformulações nas relações capital-trabalho – tanto do ponto de vista da organização do sistema produtivo quanto do aparato legal – que alteram sobremaneira a estrutura das relações de trabalho no Brasil. Assim, os dados desses dois anos, além de nos permitir uma comparação para perceber avanços e retrocessos nas relações de trabalho, possibilita a captação de elementos que determinam a caracterização das relações de trabalho no período, e especificamente se a superpopulação relativa e a marginalidade social – e, portanto, o excedente de mão de obra – podem ser apontadas como elementos estruturais das relações econômicas e sociais do Brasil.

1. A Teoria da Marginalidade Social.

Como apontado na seção anterior, a tese elaborada por Marx foi, posteriormente, retomada por diversos autores, dentre eles dois latino-americanos – José Nun e Aníbal Quijano – que resultou na formulação da chamada Teoria da Marginalidade Social. De modo geral, o ponto central da análise empreendida pela teoria se trata do esforço de compreensão das determinações da superpopulação relativa em condições específicas do desenvolvimento capitalista – no caso, o capitalismo periférico

e dependente⁴. De acordo com a proposta teórica, ainda que a superpopulação relativa seja uma lei de tendência própria ao modo de produção capitalista, as especificidades do capitalismo em cada região poderiam também imprimir particularidades na forma de manifestação da categoria.

Entendendo a dependência comercial e financeira, no plano externo, e a consolidação de uma estrutura produtiva com diferentes níveis de incorporação tecnológica em seus distintos setores, no plano interno, como particularidades do capitalismo latino-americano, a superpopulação relativa se manifestaria a partir de uma crescente exclusão social de parte relevante da população, ou seja, de uma marginalização direta de parte da população em relação ao processo produtivo. Dessa observação decorreria “(...) uma noção genérica de marginalidade social como uma situação social caracterizada basicamente por problemas de integração de seus elementos com os demais de uma determinada estrutura global de sociedade” (QUIJANO, 1978, p. 28). Esses problemas de integração, basicamente, ocorreriam no conjunto de países “subdesenvolvidos” ou “em processo de desenvolvimento” – as sociedades dependentes – nas quais a perda permanente de autonomia e a influência de fatores históricos de procedência muito variada e correspondente a diversos contextos históricos impediram um processo congruente de integração.

A ideia postulada pela Teoria da Marginalidade é de que os entraves colocados à superação da condição periférica e dependente criaram as condições para um tipo de desenvolvimento predominantemente marcado por ser *superexcludente*, caracterizado pela baixa potencialidade do sistema em articular a força de trabalho nos setores produtivos dinâmicos da economia, e por manter e reproduzir relações de produção consideradas não tipicamente capitalistas. A condição de dependência, ao submeter a economia interna à dinâmica das trocas internacionais e ao domínio dos setores econômicos pelos grupos monopolísticos internacionais, fez com que as modalidades produtivas que se tornaram hegemônicas no processo de acumulação não resultassem de um desenvolvimento orgânico, mas decorresse de enxertos advindos da dinâmica econômica predominante dos países centrais. Do ponto de vista das relações de trabalho, o fenômeno da marginalidade diz respeito às formas de inserção peculiares de grupos marginais na divisão social do trabalho, tendo como categoria explicativa principal a dinâmica da acumulação de capital. De modo que aponta não apenas para a compreensão dos elementos que determinam a formação da superpopulação relativa, mas também para o enquadramento e vinculação dessa população em determinados tipos de atividade que, independente de sua forma, garantiriam, mesmo que precariamente, a reprodução dessa população.

⁴ Em *la teoría de la masa marginal*, Nun (2001b) faz uma análise da incursão imperialista - especificamente a estadunidense – na América Latina, muito similar àquela realizada pelos autores da Teoria Marxista da Dependência. Tal análise nos permite indicar uma aproximação entre essas interpretações, ainda que o objeto de investigação de Nun não fosse, particularmente, a caracterização das economias periféricas dependentes.

Em síntese, pode-se dizer que a noção de marginalidade, partindo da constatação de que o capitalismo periférico generaliza processos de acumulação onde formas econômicas com distintos níveis de incorporação tecnológica e produtividade se combinam, originando um único e heterogêneo modo de produção, se refere ao conjunto da força de trabalho que não é absorvida pelas formas típicas que o capitalismo, no seu processo de acumulação, tende a generalizar – em outras palavras, conjuga os trabalhadores que participam de unidades produtivas cujo “arcaísmo” tecnológico e das relações de trabalho dificilmente permitem defini-las como tipicamente capitalistas. Nesse sentido, a força de trabalho pertencente à massa marginal seria aquela não vinculada aos setores tipicamente capitalistas, enquadrados tanto pelo nível do avanço tecnológico quanto das relações de trabalho estabelecidas, mas que, por estarem agregados dentro de um modo único de produção capitalista, seriam de modo direto e indireto subordinados ao setor capitalista. (KOWARICK, 1985).

Para José Nun, a necessidade de uma análise alternativa para a América Latina seguia dois pontos básicos: as discontinuidades do processo de acumulação primitiva e o colonialismo tecnológico. Para tanto, propõe a categoria *massa marginal*, que seria a parte “afuncional” ou “disfuncional” da superpopulação relativa, isto é, o excedente de trabalhadores não absorvíveis pelo sistema por razões de sexo, idade, educação, experiência, qualificação, localização, etc.

Nun (1996) pontua que o processo de industrialização na América Latina foi realizado no momento de expansão dos grandes monopólios a nível internacional, de modo que a indústria aqui se consolidou com uma estrutura produtiva descolada das características particulares das economias nacionais, o que provocou uma diferenciação entre a estrutura de seus respectivos mercados de trabalho e seus processos produtivos. Por isso, a não absorção da mão de obra seria explicada pelas distorções do desenvolvimento capitalista, condicionado pela manutenção das formas produtivas tradicionais e pela dependência colonial. Não foram geradas tecnologias próprias e importaram-se equipamentos concebidos para situações de escassez de mão de obra, criando um mercado de fatores imperfeito, que não somente traduz a relação de dependência quanto à hegemonia do capital monopolista, mas reforça tais relações.

Nesse sentido, a estrutura da demanda, da tecnologia e da alocação de fatores para os países latino-americanos mostrava-se incapaz de absorver a mão de obra desempregada e subempregada, agravando, portanto, o fenômeno da superpopulação relativa, à medida que a superpopulação flutuante se tornava cada vez mais estagnada. Assim, Nun (2000) coloca, de maneira simplificada, que o excedente populacional gerado pelo sistema estaria passível às seguintes possibilidades: atuar como um exército industrial de reserva, estando à mercê das necessidades do setores com incorporação tecnológica, ou atuar como uma massa marginal ao mercado, não sendo apta a suprir as necessidades desse setor, mas não necessariamente estando em uma situação de carência de emprego, uma vez que pode estar ocupando espaços em outros segmentos.

A massa marginal, portanto, trata-se da parte não-funcional da superpopulação relativa, podendo ser afuncional ou disfuncional no que concerne à relação dessa população excedente com o setor produtivo hegemônico. “Funcional” seria o excedente da população necessário à continuidade do processo produtivo, uma vez que seu crescimento requeria a incorporação de nova mão de obra. “Disfuncional” seriam os indivíduos que poderiam participar do processo produtivo, mas que pela própria estrutura deste sistema, se tornariam excedentes – por exemplo, a fração da população com qualificação, mas que, por diversas razões, não consegue ser absorvida no sistema, porque excedem a lógica da dinâmica de funcionamento dos setores produtivos dominantes. Por fim, “afuncional” seriam os indivíduos que não são necessários para o funcionamento do sistema produtivo dominante, mas que podem se apropriar do excedente gerado pelo sistema – como, por exemplo, mendigos que podem se alimentar de parte dos alimentos produzidos (NUN, 2001a).

No entanto, ainda que exista um setor dominante, ele não é o único setor produtivo da economia. Existe uma heterogeneidade entre os setores produtivos, de modo que, junto ao setor monopolista, operam um grande número de pequenas e médias empresas, cujo funcionamento se circunscreve mais aos esquemas competitivos. Assim, a parte da população considerada como massa marginal para os setores monopolistas pode ser absorvida nesses setores - de modo que uma baixa taxa de desocupação resulta compatível com a existência de uma superpopulação relativa na grande indústria, categorizável como exército industrial de reserva e/ou como massa marginal (Nun, 2001b).

Aníbal Quijano segue o tratamento teórico do tema proposto por Nun. No entanto, elabora uma nova categoria, chama de *polo marginal* da economia, baseado na heterogeneidade estrutural entre os setores produtivos internos de uma economia capitalista – que convive com setores com elevada incorporação tecnológica, e outros com formas tradicionais de produção. Quijano destaca que o processo de formação socioeconômica dos países latino-americanos se deu a partir da composição de níveis de desenvolvimento muito distintos, resultado da combinação de relações de produção pré-capitalistas e capitalistas. Ainda que sob o domínio e predominância das atividades consideradas tipicamente capitalistas, as configurações remanescentes de períodos anteriores – como o trabalho análogo ao escravo, por exemplo – permaneceram não apenas como características dessas economias, mas também como importantes para a promoção do tipo de desenvolvimento social que se configurou na região. Por isso, o autor argumenta que a categoria *mão de obra marginalizada* seria mais bem adaptada para caracterizar as relações de trabalho na região, quando comparado à categoria *exército industrial de reserva*.

De acordo com o autor, até o período pré-Segunda Guerra Mundial, a relação entre os países centrais e periféricos era baseada em uma organicidade na qual os países centrais funcionavam como a base ou sede do circuito de reprodução ampliada e do controle monopolista internacional, ao passo que os demais países operavam sobre bases de um sistema de acumulação semi-colonial, com matriz

econômica defasada de origem pré-capitalista. Após a Segunda Guerra Mundial, a estrutura do sistema capitalista passa por alterações, colocando-se em um ritmo de ampliação do circuito internacional cada vez mais ágil. Nesse contexto, os países periféricos foram compelidos a industrializar-se, adotando tecnologias consideradas defasadas nos países centrais, e que eram fundamentadas em uma lógica produtiva descolada da estrutura econômica e social dos países periféricos. A industrialização dos periféricos, a partir dessa lógica, fez surgir quatro agrupamentos distintos de economias: 1) o primeiro grupo é composto pelos países centrais; 2) o segundo grupo é composto por países cujo nível de desenvolvimento prévio de suas forças produtivas tornou capaz sua absorção, apesar de não homogeneamente, no circuito internacional de reprodução ampliada, como é o caso do Brasil; 3) o terceiro agrupamento diz respeito aos países que lutam pela redução das relações de produção de origem pré-capitalista por meio do desenvolvimento das forças produtivas urbano-industriais, mas ainda insuficiente para que sejam absorvidos no circuito internacional; 4) e o quarto agrupamento trata dos países cujas bases de acumulação semi-colonial ainda permanecem, mesmo que na iminência de migração para o agrupamento superior de países (QUIJANO, 1976).

Considerando esses distintos agrupamentos, o autor aponta que as mudanças trazidas pela revolução científica e tecnológica surtiram efeito ímpar nas economias latino-americanas. A incorporação de técnicas e métodos produtivos apropriados às estruturas socioeconômicas dos países centrais, sem a necessária adequação às particularidades dos países da região, promoveram a metamorfose dos tipos de organização da atividade econômica, voltados ao atendimento das demandas dos setores hegemônicos – vinculados ao capital externo –, mas descolado dos interesses e das possibilidades de desenvolvimento local. Isso impediu não apenas a generalização da incorporação tecnológica para todos os setores produtivos – reproduzindo a heterogeneidade estrutural –, mas também a imposição da modalidade de organização monopolística como a mais significativa para essas economias (QUIJANO, 1974).

A tendência é que em cada um dos setores básicos da economia ocorra uma expansão e, em certa medida, uma diferenciação, nos mecanismos de organização econômica, que vão perdendo gradualmente toda a capacidade de acesso estável aos meios básicos de produção e aos mercados de rendimentos significativos, que permitem o incremento da acumulação de capital. A produção artesanal e o pequeno comércio de bens e serviços, as atividades agropecuárias de baixo nível de produtividade, não apenas não desaparecem, mas tendem a se expandir. Este "nível deprimido" da economia contém um conjunto característico de formas de organização do trabalho e, portanto, de ocupações, que empregam recursos residuais de produção, se estruturam de modo instável e precário, geram lucros reduzidos, e que servem a um mercado formado pela própria população incorporada a esse nível de atividade. Esse seria o conjunto de atividades componentes do chamado *polo marginal* (QUIJANO, 1971).

Essa configuração das formas produtivas, a sua vez, impõe modificações na quantidade e na qualidade requerida de mão de obra na economia. Do ponto de vista da utilização dos recursos produtivos, tem-se a prevalência na utilização de novas tecnologias, provenientes da revolução científico-tecnológica, nos setores monopolistas. Do ponto de vista dos interesses sociais que controlam os recursos produtivos, há a concentração da acumulação de capital nas mãos dos grupos cujo ação se vincula aos interesses dos grupos hegemônicos dos países centrais, e quem impedem a livre utilização de tecnologias e recursos em favor dos interesses econômicos e sociais da sociedade dependente. O resultado da combinação desses dois fatores é a concentração da tecnologia apenas nos estratos mais altos da economia, a concentração de seus produtos nas mãos de reduzidos grupos dominantes, o incremento e a concentração da acumulação de capital nas mãos de poucas empresas monopolistas e a transferência da maior parte do excedente aos centros metropolitanos do sistema.

Essa configuração traria uma série de implicações sobre as relações de trabalho. Em primeiro lugar, reduziria o volume relativo de força de trabalho requerida para os níveis produtivos da tecnologia dominante, fator que acarretaria, juntamente com o incremento da produtividade, um aumento da taxa de exploração do trabalho. Em segundo lugar, dado a modificação dos requerimentos qualitativos da força de trabalho, há uma modificação no mercado de trabalho para tais níveis produtivos, que se torna reduzido, rígido, excludente e concentrado em poucos centros urbanos da sociedade. Por fim, como não há a difusão da tecnologia e dos ganhos de produtividade para o conjunto da economia, é gerada uma concentração de recursos nos setores monopolísticos, bem com uma redução na possibilidade de absorção de mão de obra.

Nestas condições, a mão de obra que é deslocada tanto das atividades rurais quanto das atividades urbanas se vê imersa numa problemática cuja tendência é se intensificar: de um lado, pela permanente expulsão de trabalhadores dos setores primários, pelo esgotamento de seus recursos produtivos e pela dominação de seus esquemas produtivos pelos setores dominantes, cuja lógica é a implantação de métodos produtivos intensivos em capital; de outro lado, pela consolidação de um setor produtivo urbano que limitam suas exigências quantitativas e qualitativas de mão de obra, reduzindo portanto sua capacidade de absorção. De modo que se forma um mercado de trabalho em cuja estrutura os setores de mais elevado nível de desenvolvimento tem um caráter excludente de mão de obra, e seus níveis intermediários não têm estabilidade e capacidade de expansão necessária para absorver de modo estável a mão de obra disponível. Produz-se então um setor crescente de mão de obra que, em relação aos setores de atividade hegemônicos, organizados pela grande empresa monopolista, é *sobrante*; e em relação aos setores intermediários, organizados a partir da lógica competitiva, é *flutuante*, uma vez podendo estar, intermitentemente, ocupada, desocupada ou subocupada, seguindo as contingências que afetam a atividade econômica. Essa fração da mão de obra que o autor qualifica como mão de obra marginalizada. (QUIJANO, 1973).

Apesar das diferenciações presentes na análise de cada um dos autores, o que se percebe é uma tentativa de compreender as possíveis especificidades da superpopulação relativa nos países periféricos e dependentes. De forma sintética, o que os autores buscam apontar é que, na América Latina, há frações da classe trabalhadora que, em decorrência das características da estrutura produtiva, não conseguem se inserir nas atividades com ampla incorporação tecnológica – as chamadas *tipicamente capitalistas* – de modo que, para garantir suas condições de reprodução, se vinculam a atividades em setores desorganizados, com elevadas jornadas de trabalho, baixa remuneração, e baixa incorporação tecnológica e nível de produtividade. Nesse sentido que a superpopulação relativa das regiões periféricas e dependentes seria formada pela conjunção do exército industrial de reserva – a mão de obra disponível e passível de ser absorvida nos setores produtivos hegemônicos – e as frações marginalizadas – a massa marginal, na percepção de Nun, e a mão de obra marginalizada, na percepção de Quijano.

A partir da proposição desse debate teórico, passamos então à análise dos dados referentes ao Brasil, no intuito de verificar as categorias que podem ser enquadradas dentro do escopo da marginalidade e avançar numa tentativa de caracterização das relações de trabalho do Brasil a partir da presença estrutural do excedente de mão de obra.

2. Metodologia

Os dados utilizados para a análise que se segue foram extraídos dos Censos Demográficos de 1960 e 1970, e dados adicionais foram retirados do documento Estatísticas Históricas do Brasil (1990). Além disso, a fim de comprovar os cálculos realizados a partir das informações destes documentos, foram também analisados alguns dados disponibilizados pelo IPEAData.

Tal como apresentado na primeira seção, o debate acerca da marginalidade social foi fundamentalmente formulado no campo teórico, a partir da tentativa de ensejar uma discussão acerca das condições gerais sobre as relações de trabalho na América Latina, especificamente da forma própria que assumiria, na região, a categoria superpopulação relativa. No entanto, ao menos em seus textos originais, os autores da teoria da marginalidade não propuseram uma metodologia para a verificação quantitativa da categoria. Por isso, o que será feito aqui é uma tentativa de propor, a partir dos dados disponíveis, uma forma de verificação empírica desta categoria, que nos permita avaliá-la a partir das condições concretas das relações capital-trabalho. Para tanto, parte-se de uma metodologia proposta por Barbosa (2008), e da reformulação desta metodologia proposta por Duarte (2015).

Assim, serão consideradas como *atividades marginais* todo o conjunto de atividades que, nas relações capital-trabalho, possuem um histórico de baixa proteção social, baixa remuneração, ausência de estabilidade e segurança e elevada jornada de trabalho. Dado essas características, são atividades que, uma vez contratadas sem a cobertura da legislação trabalhista (ou seja, trabalhadores contratados

sem carteira assinada), por vezes desvinculadas de setores estruturados e com elevado nível de incorporação tecnológica, e com baixo nível de fiscalização trabalhista, submetem os trabalhadores a situação de permanente instabilidade, vulnerabilidade e insegurança nas relações de trabalho.

Dado as poucas informações específicas sobre cada atividade descritas na metodologia dos censos de 1960 e 1970, que nos impede de fazer uma avaliação detalhada sobre as características dos trabalhadores em cada setor de atividade e posição na ocupação, iremos considerar como atividades marginais aquelas que, historicamente, são percebidas a partir das características destacadas no último parágrafo. Como se sabe, o maior conjunto de trabalhadores submetidos a baixos salários e elevadas jornadas geralmente estão vinculados às atividades do setor de serviços, às atividades domésticas e às atividades agrícolas.

No trabalho de Duarte (2015), a partir do qual baseamos a metodologia aqui utilizada, foram consideradas como atividades marginais os seguintes itens, referentes aos censos de 1940 e 1950: i) atividades domésticas não remuneradas no domicílio familiar; ii) serviços domésticos remunerados; iii) outras atividades domésticas remuneradas; iv) atividades não compreendidas nos demais ramos; v) atividades ou condições mal definidas; vi) atividade ou condição não declarada de membro da família; e vii) atividade ou condição não declarada de outra pessoa. Como não há, para os censos de 1960 e 1970, uma descrição detalhada dos itens referentes a serviços domésticos, consideraremos também para a quantificação das atividades marginais os itens viii) ocupações da prestação de serviços e ix) outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas⁵.

No entanto, a observação da descrição dos itens referentes à ocupação da agricultura e das produções extrativas nos leva a identificar a possibilidade de ocupações também caracterizadas pela elevada instabilidade e vulnerabilidade. Formalmente, com exceção dos trabalhadores agrícolas qualificados, todas as demais categorias poderiam ser enquadradas como marginalizadas⁶.

⁵ Para o censo de 1960, o item “ocupações da prestação de serviços” é composto por: i) ocupações domésticas remuneradas e dos serviços de alimentação; ii) porteiros, faxineiros e ascensoristas; iii) ocupações dos serviços de higiene pessoal; iv) ocupações dos serviços de diversão; e v) lavadores de carro e enceradores. No censo de 1970, o item “porteiros, vigias e serventes” deixa de existir, e os porteiros passam a ser contabilizados no item “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”; os itens “ocupações dos serviços de diversão” e “lavadores de carro e enceradores” deixam de existir, e é criada a categoria “atletas profissionais e funções afins”. Já o item “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”, em 1960, é composto por: i) apontadores e capatazes; ii) aprendizes; iii) contínuos, vigias e serventes; iv) guardas sanitários; v) inspetores fiscais; vi) lixeiro; vii) lubrificadores; viii) operadores de máquinas, exclusive construção civil; ix) trabalhadores braçais sem especificação; x) outras ocupações ou ocupações mal definidas; e xi) sem declaração de ocupação. Para 1970, a categoria “apontadores” deixa de existir e é adicionado, além dos “porteiros”, os itens “ascendistas”, “observadores metodológicos”, “operadores cinematográficos” e “procurando trabalho pela primeira vez”.

⁶ No censo de 1960, essas categorias seriam: i) trabalhadores agrícolas não qualificados; ii) pescadores e caçadores; iii) trabalhadores florestais; iv) mineiros, canteiros e marroeiros; v) trabalhadores da extração de petróleo e gás; e vi) garimpeiros. No censo de 1970, as ocupações referentes à produção extrativa mineral estão separadas das ocupações da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal, mas os itens que a compõe são os mesmos, de forma que todas as categorias continuam representadas. Ademais, é importante ressaltar que há outras atividades cujas ocupações também poderiam ser qualificadas como marginalizadas – tais como, por exemplo, “trabalhadores da construção civil” e “ocupações do comércio”. No entanto, a ausência de uma descrição mais pormenorizada, nos próprios censos, referentes a essas ocupações – que nos permitiria identificar as características das atividades, se havia ou não contratação com carteira assinada e o nível de remuneração – cria dificuldades para sua caracterização a partir de atividades com elevado grau de

Assim, serão apresentadas duas formas de cálculo para as atividades marginais: a primeira – que chamaremos de atividades marginais (I) -, próxima à metodologia de Duarte (2015), considera os trabalhadores dos setores de prestação de serviços e aqueles vinculados a outras ocupações ou ocupações mal definidas; a segunda – que chamaremos de atividades marginais (II) - considera, em adição aos primeiros, as categorias destacadas da ocupação da agricultura e da produção extrativa.

3. Relações de trabalho no Brasil em 1960 e 1970.

Para dar início à análise das condições de trabalho no Brasil nos anos de 1960 e 1970, importa previamente apresentar os conceitos de População em Idade Ativa (PIA) e População Economicamente Ativa (PEA), considerados centrais para todo o conjunto da análise que aqui será realizada. A PIA se refere à população de um país com idade mínima para o trabalho⁷. Já a PEA refere-se à proporção da PIA que, de fato, está ofertando sua mão de obra, ou seja, que está trabalhando e/ou procurando trabalho, de modo que inclui, também, a população desempregada. A partir da análise absoluta da PEA é possível notar, dentre outros aspectos, a oferta de mão de obra em uma economia. A PEA Ocupada e a PNEA, por sua vez, demonstram respectivamente a fração da mão de obra que efetivamente está empregada/ocupada, e a fração das pessoas com idade para trabalhar que não está inserida nas relações de trabalho (ou seja, a diferença entre a PIA e a PEA, equivalente às pessoas inativas).

Tabela 1: Situação no mercado de trabalho

Ano	PIA	PEA	PEA Ocupada	PNEA	Desempregados
1960	48.750.192	22.750.028	22.538.786	26.000.164	211.242
1970	65.867.723	29.557.224	28.959.266	36.310.499	597.958

Nota: Os grupos etários a partir dos 30 anos, divulgados para a população residente, são decenais, sendo o desdobramento realizado através das proporções observadas na população presente dentro do próprio grupo de idade. Os desempregados foram calculados a partir da diferença entre a população economicamente ativa e a população economicamente ativa ocupada.

Legenda: PIA = população em idade ativa; PEA = população economicamente ativa; PNEA = população não economicamente ativa.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do documento Estatísticas Históricas do Brasil (1990) e dos Censos Demográficos (1960 e 1970).

Tabela 2: Taxas de ocupação, desemprego e participação (1960-1970)

Ano	Taxa de ocupação	Taxa de desemprego	Taxa de participação
1960	99,0	1,00	46,7
1970	98,0	2,02	44,9

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do documento Estatísticas Históricas do Brasil (1990) e dos Censos Demográficos (1960 e 1970).

precarização. Por essa razão que, aqui, nos concentramos em atividades que, histórica e recorrentemente são consideradas como precárias, o que nos permite uma maior aproximação analítica frente a caracterização que se pretende fazer.

⁷ Para o Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, considerava-se que um indivíduo estava em idade ativa se tivesse 10 anos ou mais de idade.

De acordo com os dados das tabelas 1 e 2, em 1960 a PEA era composta de 22.750.028 pessoas, perfazendo um total de 46,6% da população com idade mínima para trabalhar. Deste, a maioria estava em situação de emprego - 22.538.786 de pessoas ocupadas – resultando em uma taxa de desemprego ínfima, de aproximadamente 1%⁸. Para 1970, há uma queda na porcentagem da população economicamente ativa – que passa a ser de 44,9% - com um crescimento proporcionalmente menor do número de ocupados, que em 1960 perfaziam aproximadamente 99%, e em 1970 passam a ser quase 98%. Com isso, a desocupação tem alteração de cerca de um ponto percentual, chegando a 2%. Dessa maneira, os dados permitem a análise de que, entre essas décadas, não houve um grande aumento ou redução proporcional no que diz respeito à absorção de novos trabalhadores, assim como na fração da população que estava, de fato, ofertando sua mão de obra.

Além disso, é possível notar que a oferta e a demanda de mão de obra em 1960 e 1970 mostram-se bastante equilibradas, o que pode ser percebido pela análise das taxas de ocupação e participação. A taxa de ocupação é calculada pela relação entre a população economicamente ativa ocupada e o total da população economicamente ativa. Nesse sentido, apresenta a porção da população economicamente ativa que, de fato, está empregada, e por isso pode ser utilizada como uma *proxy* da demanda por mão de obra em uma economia. Já a taxa de participação é calculada pela relação entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa, mostrando a proporção da população com idade mínima para o trabalho que, efetivamente, está empregada e/ou procurando emprego. Por isso, a taxa de participação é utilizada como *proxy* para a oferta de mão de obra em uma economia. De acordo com os dados, as taxas de ocupação em ambas as décadas são próximas de 100%, com diferença de 1% entre elas.

Já as taxas de participação para ambas as décadas analisadas estão abaixo de 50%, fato indicativo de que havia uma parcela substancial da população que não estava ofertando sua mão de obra. Um primeiro aspecto que pode explicar a baixa taxa de participação nesses anos era a sensação de otimismo da população sobre a economia do país. O Brasil apresentou taxas de crescimento substanciais ao longo das décadas de 1950 e 1960 – resultado dos investimentos realizados durante o Plano de Metas⁹ e dos investimentos públicos do início do regime militar. Essa sensação pode ter retardado a entrada, especialmente, de jovens no mercado de trabalho, reduzindo portanto a oferta de mão de obra, ainda que este tenha sido um período de aumento da concentração de renda e, também, da desigualdade entre os estratos de renda mais alta e mais baixa¹⁰. Um outro aspecto era a ainda

⁸ O debate detalhado sobre o desemprego será feito adiante.

⁹ O Plano de Metas foi um projeto de investimentos públicos organizado a partir de um conjunto de objetivos a serem cumpridos para o desenvolvimento do país, priorizando áreas de infraestrutura como energia, transporte, indústria, alimentação e educação. O plano foi responsável pela expansão de vários setores da indústria na segunda metade da década de 1950, como o da energia hidrelétrica, da indústria automobilística, da indústria do aço e da indústria da construção civil. Destaca-se também a construção de Brasília, a nova capital brasileira, responsável pela migração de grandes volumes de trabalhadores para o planalto central brasileiro.

¹⁰ Diversos estudos apontam que, a partir da comparação dos dados dos anos 1960 e 1970, é possível concluir que houve

reduzida participação das mulheres no mercado de trabalho, de modo que, basicamente, esses dados se referem à mão de obra masculina. A mão de obra feminina passa a participar de maneira mais efetiva do mercado de trabalho no Brasil apenas a partir da década de 1980.

Tabela 3: População em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA) e população ocupada, por sexo (1960-1970)

	PIA		PEA		População ocupada	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1960	24.212.429	24.537.763	18.673.167	4.076.861	18.494.848	4.043.938
1970	32.561.426	33.306.297	23.391.777	6.165.447	22.895.825	6.063.441

Nota: Os grupos etários a partir dos 30 anos, divulgados para a população residente, são decenais, sendo o desdobramento realizado através das proporções observadas na população presente dentro do próprio grupo de idade.

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do documento Estatísticas Históricas do Brasil (1990).

Analisando a PIA e a PEA por sexo tem-se, para ambos os anos, uma PIA relativamente semelhante para homens e mulheres, porém uma PEA bastante discrepante no que diz respeito à participação das mulheres no mercado de trabalho - o que reflete, conseqüentemente, nas estatísticas para população ocupada. Cerca de 16,6% das mulheres em idade ativa ofertavam sua mão de obra em 1960, e cerca de 18,5% em 1970 – ao passo que, para os homens, as taxas são, respectivamente, 77,1% e 71,6%. Ainda que se perceba um crescimento da participação da mulher e uma queda relativa da participação dos homens, tais estatísticas mostram a incipiente incorporação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro no período, demarcando a ainda forte presença do patriarcalismo e da percepção de que as mulheres eram, fundamentalmente, responsáveis pelo trabalho doméstico não-remunerado – aspecto que reforçam os elementos apontados no parágrafo anterior. Tais informações podem ser verificadas nos dados da tabela 3.

Na tabela 4, estão as informações do número de ocupados por tipo de atividade. Tanto para 1960 quanto para 1970, o maior número de ocupações estava concentrado nas atividades agrícolas e da produção extrativa¹¹. A elevada concentração de trabalhadores nas atividades primárias era reflexo posição ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho – de fornecedor de produtos primários -, o que explica ser essa a atividade responsável pelo eixo dinâmico da economia interna. Também o fato de que o país mantinha sua posição como economia periférica e dependente, o que criava entraves ao avanço de um processo autônomo de industrialização que permitisse não apenas a

um aumento da concentração de renda no Brasil, a despeito da elevação da renda per capita. A explicação para o aumento da desigualdade de renda pode ser encontrada tanto na política de reajuste dos salários-mínimos – abaixo do que vinha sendo feito nos anos anteriores – quanto no fato de que o crescimento do produto interno bruto ocorreu basicamente nas indústrias modernas de capital intensivo e trabalho altamente qualificado, aumentando a demanda por mão de obra e os salários nessa fração da classe trabalhadora. Para um debate mais apurado sobre o tema, ver Fishlow (1973), Morley e Williamson (1975) e Fox (1984).

¹¹ No censo de 1960, os dados das ocupações da agricultura e das produções extrativas (vegetal, animal e mineral) eram apresentados em conjunto; a diferenciação só foi feita no censo de 1970, com a separação das atividades extrativas minerais. Por isso não há, para 1960, uma especificação da quantidade de trabalhadores ocupados em cada setor, ainda que a percepção da análise dos dados é de que estes setores, em conjunto, concentravam o maior número de trabalhadores ocupados.

consolidação de outros setores produtivos – e sua maior participação na renda nacional -, mas também uma ampla e homogênea incorporação tecnológica. Assim, mesmo que, desde a década de 1940, o Brasil tenha passado por um relevante processo de industrialização, as atividades primárias mantinham sua centralidade na estrutura produtiva nacional sendo, portanto, responsáveis pelo maior número de ocupações.

Tabela 4: Ocupação das pessoas economicamente ativas

Atividades	Número de ocupados	
	1960	1970
Ocupações administrativas	1.821.285	2.997.023
Ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins	705.881	1.386.635
Ocupações da agricultura e da produção extrativa (vegetal e animal)	12.068.537	12.871.863
Ocupações da produção extrativa mineral		105.645
Ocupações das indústrias de transformação e da construção civil	3.239.989	4.426.221
Ocupações do comércio e atividades auxiliares	856.532	1.372.121
Ocupações dos transportes e das comunicações	906.596	1.157.652
Ocupações da prestação de serviços	1.458.306	2.279.730
Ocupações da defesa nacional e segurança pública	275.447	448.559
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas	1.417.455	2.511.775
Total	22.750.028	29.557.224

Nota: Para 1960, todas as atividades extrativas (vegetal, animal e mineral) são apresentadas de maneira agregada junto às ocupações da agricultura. Para o caso de 1970, o censo apresenta as atividades de extração vegetal e animal junto às informações da agricultura, e as atividades extrativas minerais separadas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos censos de 1960 e 1970 (IBGE).

Além das ocupações nas atividades agrícolas e extrativas, dá-se também destaque às ocupações das indústrias de transformação e da construção civil, com o segundo maior número de ocupações, para ambas os anos – ainda que representem, para cada um deles, aproximadamente 1/4 e 1/3 das ocupações nas atividades primárias. O grande número de ocupações nesse setor é reflexo dos projetos econômicos implementados pelos governos vigentes nas décadas de 1940, 1950 e 1960, principalmente no que concerne, aos projetos de expansão das empresas públicas de Getúlio Vargas, ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, e aos projetos do regime militar, que tinha como uma de suas metas os investimentos na infraestrutura nacional. Os investimentos em obras de infraestrutura são apontados como as principais razões pelo sucesso econômico vivenciado na década de 1960 e em parte da década de 1970, visto seu amplo efeito multiplicador, especialmente para a construção civil. Para além disso, chamamos atenção também para o fato de que, com o Plano de Metas, havia uma intencionalidade de realizar a transição do regime de acumulação do Brasil, que passava do eixo primário-exportador para o eixo industrial – mesmo que as atividades primárias, como apresentado anteriormente, ainda permanecessem como principal eixo dinâmico da economia. Por essa razão – pela expansão da indústria – há grande crescimento no número de ocupados na indústria de transformação, que passou a desempenhar importante papel na dinâmica econômica.

O setor terciário e as ocupações mal definidas ou não declaradas, pela proximidade dos dados, ocupam o terceiro lugar com maior número de ocupações – os serviços com maior número de ocupados em 1960, e as ocupações mal definidas ou não declaradas com maior número em 1970. As ocupações dos setores de serviços representam, respectivamente em 1960 e 1970, cerca de 6,2% e 8,5% da PEA. O crescimento das ocupações no setor de serviços pode ser explicado pelas externalidades provocadas pelo avanço da indústria e da urbanização, que cria uma série de demandas para o setor – como, por exemplo, a organização do sistema de transporte e o crescimento do comércio. No entanto, aqui também se inserem serviços educacionais e de entretenimento, que tiveram grande expansão no período. Destaca-se o volume de trabalhadores em ocupações administrativas, certamente resultado da criação da nova capital federal, e a conseqüente contratação de funcionários para ocupação de novos cargos no serviço público.

Acerca das informações referentes ao item “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”, chama atenção o peso sobre a PEA ocupada, representando cerca de 6% em 1960 e 8% em 1970. A observação desses dados se mostra ainda mais relevante quando se leva em conta dois pontos: as baixas taxas de desemprego obtidas para ambas as décadas e, além disso, o contexto econômico no qual o país estava inserido, de progresso econômico. Esses dados serão analisados, com detalhes, mais adiante.

Os dados da tabela 5 apresentam as informações dos ocupados por posição na ocupação habitual. Para o caso das ocupações habituais, apenas os empregados e os autônomos apresentaram crescimento, sendo os empregados o único crescimento expressivo, de 43%. O que de fato chama atenção são as taxas de crescimento, para todas as posições na ocupação, do item “outra ocupação” – empregados, empregadores, autônomos e não remunerados com taxas de crescimento aproximado de, respectivamente, 223%, 485%, 825% e 531%. Cresce também, de maneira relevante, o número de empregados na situação de desemprego (137%). As alterações no item “outra ocupação” podem encontrar explicação na maior diversificação das atividades produtivas – fruto da expansão da indústria – que teve como resultado a transferência de mão de obra entre setores, alterando assim a ocupação habitual original.

A tabela 6 permite identificar as ocupações exercidas de acordo com o ramo de atividade e a posição na ocupação habitual. Os dados confirmam as informações da tabela 5 – de crescimento do número de trabalhadores fora de sua ocupação habitual. Além disso, é possível observar que, para ambos os anos, isso ocorre de maneira mais proeminente para os trabalhadores das atividades primárias (agricultura, pecuária, silvicultura e atividades extrativas), ainda que, para as ocupações habituais, essas também são as atividades que mais concentram trabalhadores. Em segundo lugar, tanto para ocupações habituais quando para outra ocupação, estão os trabalhadores da atividade industrial, com expressivo crescimento para os trabalhadores em ocupação habitual em 1970.

Tabelas 5: Situação de emprego segundo a posição na ocupação habitual.

1960						
Ocupação exercida	Posição na ocupação					
	Empregados	Empregadores	Autônomos	Não remunerados	Sem declaração	Total
Ocupação habitual	10.608.049	420.656	7.840.846	3.348.443	11.182	22.229.176
Outra ocupação	136.806	4.193	117.294	51.043	274	309.610
Desempregado	147.585	365	18.177	7.033	3.132	176.292
Sem declaração	3.329	270	1.090	155	30.106	34.950
Total	10.895.769	425.484	7.977.407	3.406.614	44.694	22.750.028

1970						
Ocupação exercida	Posição na ocupação					
	Empregados	Empregadores	Autônomos	Não remunerados	Sem declaração	Total
Ocupação Habitual	15.171.066	408.567	8.769.029	2.347.696	5.147	26.701.505
Ocupação - habitual e outra	215.490	11.858	123.045	18.292	6	368.691
Outra ocupação	456.329	24.547	1.085.556	322.528	110	1.889.070
Desempregado	350.501	217	17.312	7.028	1.019	376.077
Procurando trabalho pela 1 vez	0	0	0	218.757	0	218.757
Sem declaração	166	0	52	21	2.885	3.124
Total	16.193.552	445.189	9.994.994	2.914.322	9.167	29.557.224

Nota: A categoria “parceiros” aparece apenas no censo de 1960. Os itens “ocupação habitual e outra” e “procurando trabalho pela primeira vez” aparecem apenas no censo de 1970. Para o censo de 1960, as pessoas sem declaração também estão em situação de desemprego; para 1970, além daqueles sem declaração, as pessoas procurando trabalho pela primeira vez também estão em situação de desemprego.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos censos de 1960 e 1970 (IBGE).

Quanto ao desemprego, é possível notar que o setor com maior volume de desempregados, para ambas os anos, trata-se de outras atividades, porém o segundo item com maior número de desempregados varia de 1960 para 1970. Em 1960, as atividades de agricultura, pecuária e silvicultura ocupavam o segundo lugar no volume de desempregados, enquanto em 1970 essa posição passa a ser ocupada pelas atividades industriais. Isso ocorre porque que as atividades primárias são as únicas que apresentam queda do número de desempregados (30%, aproximadamente), enquanto as atividades industriais e comércio de mercadoria apresentam as maiores taxas de crescimento do número de desempregado (278% e 157%, respectivamente).

Tabela 6: Situação de emprego segundo o setor de atividade e a posição na ocupação habitual.

Ramo de atividade e posição na ocupação	Ocupação exercida									
	Habitual		Outra		Habitual e outra		Desempregado		Total	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Agricultura, Pecuária e silvicultura	11.611.692	11.219.874	182.100	1.771.584	-	74.692	32.148	24.208	11.825.940	13.090.358
Atividades extrativas	570.520		9.180		-		2.659		582.359	
Atividades industriais	2.743.595	5.065.563	37.992	46.685	-	78.291	27.730	104.888	2.809.317	5.295.427
Comércio de mercadorias	1.459.633	2.177.416	17.675	17.146	-	44.583	9.489	24.394	1.486.797	2.263.539
Prestação de serviços	2.698.199	3.519.977	28.859	19.202	-	50.648	18.900	36.667	2.745.958	3.626.494
Transportes, comunicações e armazenagem	1.035.907	1.196.607	12.456	11.103	-	18.992	7.864	17.693	1.056.227	1.244.395
Atividades sociais	681.125	1.408.867	5.303	8.679	-	47.905	2.247	5.170	688.675	1.470.621
Administração pública	705.087	1.113.564	6.376	7.828	-	28.469	1.441	2.480	712.904	1.152.341
Outras atividades	723.418	999.637	9.669	6.843	-	25.111	108.764	382.458	841.851	1.414.049
Total	22.256.176	26.701.505	309.609	1.889.070	-	368.691	211.242	597.958	22.750.028	29.557.224

Nota: Para o censo de 1960, o número de trabalhadores desempregados foi calculado a partir da somatória dos itens “desempregados” e “sem declaração de ocupação”. Para este ano, não aparecia a “ocupação habitual e outra”. Para o censo de 1970, as atividades de extração, caça e pesca estão incluídas no item “agricultura, pecuária e silvicultura”; por essa razão, para esse ano, não há informações isoladas de atividades extrativas. Para este mesmo ano, o número de trabalhadores desempregados foi calculado a partir da somatória dos itens “desempregados”, “procurando trabalho pela primeira vez” e “sem declaração de ocupação”.

Para as atividades industriais, o volume de desempregados cresce mais de três vezes, enquanto o número de trabalhadores em ocupação habitual, nesse setor, não chega a ser duplicado. Ainda que indústria e comércio de serviços sejam atividades altamente dinâmicas, nos anos estudados, são atividades de baixa capacidade de incorporação da classe trabalhadora, especialmente se considerarmos as exigências de níveis de qualificação. Além disso, para o caso da indústria, importa considerar a incorporação de tecnologias poupadoras de mão de obra, que explicam o relevante aumento do desemprego entre operários. Assim, pode ter ocorrido o que se convencionou chamar de “apagão da mão de obra”, quando não há mão de obra qualificada suficiente para a ocupação em determinada setor e/ou atividade.

Tabela 7: Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas

Atividade	Número de ocupados	
	1960	1970
Apontadores e/ou capatazes	85.863	20.675
Ascendistas	-	10.498
Aprendizes	11.757	25.914
Guardas sanitários	8.670	15.172
Inspetores e fiscais	36.430	43.886
Lixeiros	24.183	55.178
Lubrificadores	3.817	12.777
Observadores metodológicos	-	285
Operadores cinematográficos	-	2.141
Operadores de máquinas, exclusive na construção civil	7.959	99.019
Porteiros, contínuos, vigias e serventes	307.240	658.326
Trabalhadores braçais sem especificação	212.419	380.596
Outras ocupações ou ocupações mal definidas	686.069	690.798
Procurando trabalho pela primeira vez	-	218.757
Sem declaração de ocupação	32.336	277.753
Total	1.416.743	2.511.775

Nota: As categorias “apontadores” e “contínuos” aparecem apenas no censo de 1960. As categorias “ascendistas”, “observadores metodológicos”, “operadores cinematográficos”, “porteiros” e “procurando trabalho pela primeira vez” aparecem pela primeira vez no censo de 1970.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos censos de 1960 e 1970 (IBGE).

A Tabela 7 permite observar, de modo detalhado, os itens que compõem a categoria denominada “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”. Em geral, todas as ocupações apresentadas aproximam-se da noção de marginalidade aqui adotada, na medida em que são ocupações passíveis de apresentar baixa remuneração, ausência de estabilidade e segurança, elevadas jornadas de trabalho e, em alguns casos, contratação não coberta pela legislação trabalhista; basicamente, são ocupações instáveis e precarizadas e que, por isso, absorver trabalhadores com baixos níveis de qualificação. Os dados mostram que, para os anos de 1960 e de 1970, a categoria com maior volume de trabalhadores era “outras ocupações ou ocupações mal definidas”, evidenciando ainda mais o critério da marginalidade nas relações de trabalho. Isso porque são atividades tão desarticuladas do sistema produtivo que sequer podem ser particularizadas, tal como aquelas apresentadas nas tabelas anteriores. A atividade com segundo maior volume de trabalhadores também é mantida para os dois anos considerados, qual seja, “porteiros, contínuos, vigias e serventes”. Em terceiro lugar, os “trabalhadores braçais sem especificação”, também considerada uma atividade altamente precarizada.

É importante notar, contudo, o aumento do volume de trabalhadores na atividade “porteiros, contínuos, vigias e serventes” no período, sendo dobrado em 1970, o que pode ser um representativo da expansão do setor de serviços. Em seguida, é possível analisar a expansão do setor industrial brasileiro à medida em que se percebe o aumento do volume de trabalhadores em atividades de “operadores de máquinas, exclusive na construção civil”, que apresenta um aumento de cerca de doze

vezes em 10 anos. Por fim, nota-se o aumento do volume de trabalhadores “sem declaração de ocupação”, que representava cerca de 2,3% das ocupações mal definidas em 1960 e, na década subsequente, passa a representar cerca de 11,0% dessas ocupações. Esse aumento expressivo permite questionar a maneira pela qual a expansão do emprego se deu entre esses dois anos – ou seja, o aumento da ocupação também é explicado pela absorção de trabalhadores em atividades precarizadas.

No entanto, a informação mais relevante que pode ser extraída desses dados é a complexidade das relações capital-trabalho na sociedade brasileira. O que se percebe é que essas relações não se encerram exclusivamente na dicotomia emprego-desemprego, mas perpassam uma série de espectros que nos propõe a pensar não apenas sobre a capacidade de absorção dos trabalhadores pelo sistema produtivo, mas especialmente em que tipo de atividades esses trabalhadores se inserem – basicamente, uma análise sobre a qualidade de parte das ocupações, que refletem diretamente sobre a qualidade de vida e a inserção social da classe trabalhadora. Essa seria a conclusão mais relevantes da análise dos dados: o fato de que houve, inegavelmente, uma expansão do emprego entre os dois anos analisados, mas tal expansão se deu também em setores desarticulados e desorganizados – do ponto de vista da estrutura produtiva e das relações de trabalho -, de tal modo que as atividades que aqui consideramos como marginais foram fundamentais para absorver parte da oferta de mão de obra e, nesse sentido, amortecer a taxa de desemprego.

A título de exemplo, quando cruzamos as informações da tabela 7 com as informações da tabela 5, podemos concluir que parte importante da classe trabalhadora está inserida em atividades com contratos de trabalho não cobertos pela legislação trabalhista. Tal seria o caso dos trabalhadores autônomos – que crescem, aproximadamente, em 25% -, dentre os quais podem se inserir diversas das categorias tratadas dentro de “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”. Assim, basicamente estamos tratando do crescimento do número de trabalhadores ocupados, mas não exatamente em situação de estabilidade e remuneração adequada.

Por fim, passamos à análise das informações agregadas, que estão apresentadas na tabela 8. Primeiramente, retomados os dados referentes à taxa de participação. Para ambos os anos, como já apresentado, a taxa de participação está abaixo dos 50%, considerada relativamente baixa, para uma economia com taxas de crescimento ascendentes. Os bons resultados em termos do crescimento econômico e as expectativas de continuidade do crescimento – que retardam a entrada, especialmente de jovens, no mercado de trabalho –, juntamente à baixa participação das mulheres no mercado de trabalho, podem explicar esses resultados. Um outro aspecto relevante para compreender a taxa de participação é a expansão da indústria e o aumento da exigência de trabalhadores com níveis mais elevados de qualificação.

Tabela 8: Informações agregadas – mercado de trabalho no Brasil

Mercado de trabalho	1960	1970
População em Idade Ativa	48.750.192	65.867.423
População Economicamente Ativa	22.750.028	29.557.224
População Ocupada	22.538.786	28.959.266
População Inativa	26.078.626	36.304.895 ¹²
PEA Desocupada	211.242	597.958
Atividades marginais (I)	2.873.983	4.791.505
Atividades marginais (II)	14.894.279	17.687.181
Taxa de Participação	46,7	44,9
Taxa de Ocupação	99,0	98,0
Taxa de Desocupação	1,0	2,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos censos de 1960 e 1970 (IBGE).

De maneira geral, os dois anos considerados apresentam taxas de desocupação extremamente baixas. Para o cálculo de atividades marginais, temos que, para a primeira forma de análise, esses trabalhadores representam 12,6% da PEA em 1960, e 16,2% em 1970; para a segunda forma de análise, essas taxas são de, respectivamente, 65% e 60%. Mesmo se consideramos a primeira forma de cálculo – que exclui os trabalhadores ocupados em atividades do setor primário – é possível apontar uma relevante fração de trabalhadores ocupados em atividades marginais. Fato que indica que a precariedade pode ser uma característica estrutural das relações de trabalho no Brasil, o que fica mais latente quando percebemos um aumento do número de trabalhadores marginalizados entre 1960 e 1970. Disso depreende-se que o desenvolvimento econômico e a modernização da estrutura produtiva – bem como a incorporação tecnológica – não necessariamente vêm atrelados à modernização das relações de trabalho, tampouco da melhoria na distribuição de renda.

Um segundo aspecto a ser observado a partir dos dados das atividades marginais é a relação dessas informações com as taxas de desocupação (que representam a porcentagem de trabalhadores desempregados). Como pode-se observar, as taxas de desocupação são extremamente baixas – de 1% em 1960 e 2% em 1970 – o que colocaria o Brasil, aparentemente, em situação de pleno emprego da força de trabalho, ou seja, quando praticamente não há mão de obra desempregada. Isso poderia indicar, em uma leitura mais superficial, o avanço do sistema produtivo brasileiro, para uma situação de elevada absorção da classe trabalhadora nos seus mais distintos setores. No entanto, a elevada

¹² Para 1970, considerou-se como população inativa a categoria que, no censo, é chamada de “população não economicamente ativa”. Essa categoria, que aparece pela primeira vez no censo do 1970, é a somatória dos itens “ocupações domésticas não remuneradas” e “outras condições inativas”. Assim sendo, os trabalhadores domésticos sem remuneração, por não estarem submetidos a uma relação de contratação, não são considerados como parte da população economicamente ativa. No trabalho de Duarte (2015), os trabalhadores domésticos não remunerados foram considerados como parte dos trabalhadores marginais, levando em conta que, mesmo sem estarem submetidos a uma relação capital-trabalho remunerada, possuíam uma ocupação dentro da estrutura da organização social. No entanto, como o item deixa de aparecer no censo de 1960, para aparecer somente em 1970 como parte da população não economicamente ativa, consideraremos essa fração de trabalhadores como inativos.

porcentagem de trabalhadores nas atividades marginais impõe a necessidade de repensar, mais uma vez, o tipo de ocupações que foram criadas no período.

Assim, dessa análise, podemos concluir que as baixas taxas de desemprego para os anos 1960 e 1970 podem ser reflexo da criação de novas categorias para o computo de trabalhadores supostamente ocupados, que acaba por refletir no elevado número de trabalhadores em “outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas”. O que sugerimos é que, formalmente, parte dos trabalhadores que foram contabilizados nessa categoria – como os que aparecem nos itens “outras ocupações ou ocupações mal definidas”, “procurando trabalho pela primeira vez” e “sem declaração de ocupação” – deveriam ser contabilizados como desempregados. Tais itens somam, em 1960, 718.405 trabalhadores e, em 1970, 1.187.380 trabalhadores. Se esses trabalhadores fossem considerados dentro da categoria “PEA desocupada”, as taxas de desemprego em 1960 e 1970 subiriam para, respectivamente, 4% e 6%, números mais condizentes com a realidade da economia brasileira na época – ainda que, também, possam ser consideradas taxas de desemprego baixas.

Portanto, o que se percebe é uma possível tentativa de criar subcategorias de análise que, ao colocar trabalhadores em situação de desocupação em outros itens, reduz aqueles que de fato estão, estatisticamente, desocupados, reduzindo a taxa de desemprego. Isso, no entanto, não impede uma avaliação adequada sobre as características das relações de trabalho no Brasil, a partir das estatísticas apresentadas. O que tínhamos, em 1960 e 1970, eram situações de baixa taxa de desocupação, mas uma fração relevante da população economicamente ativa absorvida em ocupações consideradas marginais, reforçando, mais uma vez, o aspecto da expansão de atividades de alto nível de instabilidade.

Por fim, chamamos atenção para segunda forma de cálculo das atividades marginais, que considera também o conjunto de trabalhadores ocupados em atividades no setor primário como categorias marginalizadas. Ainda que seja complexo avançar numa generalização de todo o conjunto dessas atividades como marginais, o que intencionamos aqui é destacar especialmente os elementos históricos acerca do trabalho no campo que, via de regra, são formas de trabalho absolutamente precarizadas. Acrescente-se a isso o fato de que as atividades agrárias, nesse período, ainda não eram regulamentadas por lei – dado que a CLT se restringia aos trabalhadores urbanos. Essa é a razão pela qual propusemos essa forma de cálculo, dado haver diversas pistas que apontam para manutenção e difusão do trabalho precário nas atividades primárias.

Baseado nesses pontos, podemos indicar que as informações iniciais apresentadas para o contexto brasileiro a partir dos censos de 1960 e 1970 parecem refletir o sucesso econômico vivenciado pelo país no período, porém as análises substanciais dos dados referentes às relações de trabalho evidenciam numerosos problemas nas relações capital-trabalho. De modo que, no geral, o Brasil passou por um período de amplo crescimento econômico, mas com avanços restritos no que

diz respeito às relações de trabalho, com manutenção de grande percentual de trabalhadores em atividades historicamente caracterizadas pela baixa remuneração, baixa estabilidade e elevadas jornadas de trabalho, e pouco avanço na maior institucionalização das relações de trabalho no campo. É a partir desses aspectos que tentaremos avançar em algumas conclusões.

Conclusão

As décadas de 1950 e 1960 foram períodos de grande crescimento econômico no Brasil. A efetivação dos projetos do Plano de Metas, na segunda metade dos anos 1950, e os projetos de infraestrutura acionados a partir do regime militar, permitiram não apenas a consolidação de alguns setores da produção industrial, com importantes externalidades em uma série de outros setores, mas também a expansão do nível de emprego na economia, que contribuíram para a redução da taxa de desemprego no Brasil.

No entanto, a análise dos dados nos permite apontar duas principais conclusões. Em primeiro lugar, que as informações sobre a taxa de desocupação, provavelmente, são reflexo mais da metodologia de captação e segmentação dos dados e menos do crescimento econômico e da absorção da classe trabalhadora. Isso porque os níveis em que se encontram as taxas de desemprego para os dois anos analisados – 1% e 2%, respectivamente – apontam para uma situação de pleno emprego, algo muito distante da realidade econômica do Brasil à época. Portanto, o que sugerimos é que havia grande número de trabalhadores em outras categorias – como “condições mal definidas” e “procurando trabalho pela primeira vez” – que, formalmente, deveriam ser considerados como desempregados. De modo que, da análise aqui proposta, percebemos que as taxas de desemprego para o Brasil deveriam ser maiores do que os dados apontam.

Em segundo lugar que, a despeito do crescimento econômico, não houve um arrefecimento do número de trabalhadores vinculados a tipos de atividades que, aqui, consideramos com marginais. De fato, esse foi um período de expansão do emprego, mas bastante concentrado em atividades caracterizadas pela elevada instabilidade e precariedade. Isso explica por que o número de trabalhadores vinculado a atividades marginais sobe em proporção muito maior que a população economicamente ativa e a população ocupada. Não estranhamente, as décadas que vão de 1950 a 1970 são caracterizadas por um crescimento econômico com forte concentração de renda, apontando para um crescimento discrepante entre os rendimentos de distintos setores produtivos, o que resultou em uma piora na distribuição funcional da renda.

Em síntese, a análise dos dados nos permite concluir que o crescimento econômico, ainda que sempre venha acompanhado de geração de emprego, não necessariamente resulta na criação de melhores postos de trabalho, nem tampouco na melhor distribuição de renda. De modo que podemos dizer que, tal como apontam José Nun e Anibal Quijano, desenvolvimento econômico não é sinônimo

de melhoria nas condições de trabalho; ao contrário, o desenvolvimento pode não apenas ser gerador de mais marginalidade, como pode ser impulsionado por ela.

Nesse sentido que indicamos não apenas uma expansão da marginalidade no Brasil, mas também sua consolidação como um aspecto estrutural das relações de trabalho no país. O que se percebe, a partir da análise aqui proposta, é que o avanço da atividade econômica e a expansão das ocupações, no período analisado, não ocorreram de forma a garantir uma difusão homogênea dos frutos do progresso técnico, tanto do ponto de vista dos setores produtivos – mantendo os elevados níveis de diferenciação entre esses setores – quanto do ponto de vista do tecido social e, assim, da redução da desigualdade de renda. Assim, o que temos, para o caso da economia brasileira, foi uma expansão econômica com maior institucionalização do mercado de trabalho, mas sem necessariamente corrigir os gargalos das relações de trabalho, permitindo a continuidade da difusão e criação de postos de trabalho precários e instáveis, e sua manutenção nas bases estruturais das relações capital-trabalho do Brasil.

Referências bibliográficas

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990). **Estatísticas históricas do Brasil – Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2ª edição revista e atualizada.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico – recenseamento geral do Brasil. Anos 1960 e 1970**.

ALVES, H.; ESCOREL, S. (2012). **Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria**. Physis, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 99-117, 2012.

CORTÉS, A. (2012). **Modernización, dependencia y marginalidad: itinerario conceptual de la sociología latinoamericana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, p. 214-238, 2012.

DELFINO, A (2012). **La noción de marginalidad en la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad**. Universitas Humanística, núm.74, pp.17-34, 2012.

DUARTE, P. H. E. (2015). **Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil**. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

MAIOLINO, A. L. G.; MANCEBO, D. (2005). **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão**. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 14-20, Ago. 2005.

MARX, K. (2011). **Grundrisse - Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2008). **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NUN, J. (1996). Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: MARINI,

R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). **La teoría social latinoamericana - Tomo II: La teoría de la dependencia**. México, D.F.: Ediciones El Caballito, S.A. Universidad Nacional Autónoma de México.

_____. (2001b). La teoría de la masa marginal. In: NUN, J. **Marginalidad y exclusión social**. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 35–140.

_____. (2001). **Marginalidad y exclusión social**. México, Fondo de Cultura Económica

_____. (2001a). Marginalidad y otras cuestiones. In: NUN, J. **Marginalidad y exclusión social**. México, Fondo de Cultura Económica, pp. 185-247.

_____. (2000). **O futuro do emprego e a tese da massa marginal**. Novos Estudos CEBRAP, número 56, páginas 43-62, março de 2000.

PINCHLER, W. (1980). **Algumas observações sobre o conceito de marginalidade social**. Ensaio FEE. V. 1, n. 1., 1980.

QUIJANO, A. (1976). **Crise imperialista e classe operária na América Latina**. Coimbra: Centelha.

QUIJANO, A. (1974). **The marginal pole of the economy and the marginalised labour force**. Economy and Society, volume 3, number 4, pgs. 393-428, 1974.

QUIJANO, A. (1971). **La formación de un universo marginal em las ciudades de America Latina**. Espaces et Sociétés, number 3, Paris.

_____. (1994). **América Latina en la economía mundial**. Ecuador Debate, 31:87-100, 1994.

_____. (1978). Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. (org.). **Populações “marginais”**. São Paulo, Duas Cidades.

_____. (1971). **Polo marginal de la economía y mano de obra marginada**. Taller Urbano Industrial. Programa de Ciencias Sociales - Universidad Católica de Lima.

KOWARICK, L. (1985). **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. São Paulo, Paz e Terra.

FISHLOW, A. (1972). **Brazilian size distribution of income**. American Economic Review, 62(2), May 1972.

MORLEY, S. A.; WILLIAMSON, J. G. (1975). **Growth, wage policy and inequality: Brazil during the sixties**. SSRI Workshop Series, nº 7.519, Universidade de Wisconsin, July 1975.

FOX, M. L. (1984). **Distribuição de renda no Brasil: dados mais exatos e novas descobertas**. Revista de Administração de Empresas, vol. 24, n. 2, São Paulo, Abr/Jun. de 1984.